UNIVERSIDADE DE ÉVORA

CEL Centro de Estudos em Letras

u évora Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA

REPRESENTAÇÕES DO MITO NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

ORGANIZAÇÃO
ANA LUÍSA VILELA
ELISA NUNES ESTEVES
FABIO MARIO DA SILVA
MARGARIDA REFFÓIOS

6

COLEÇÃO LITERATURA 6

CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

REPRESENTAÇÕES DO MITO NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

ORGANIZAÇÃO
ANA LUÍSA VILELA, ELISA NUNES ESTEVES
FABIO MARIO DA SILVA, MARGARIDA REFFÓIOS

ÉVORA - MMXIV

REPRESENTAÇÕES DO MITO NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

Organização
ANA LUÍSA VILELA
ELISA NUNES ESTEVES
FABIO MARIO DA SILVA
MARGARIDA REFFÓIOS

COLEÇÃO LITERATURA 6

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

CEL Centro de Estudos em Letras

u évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA

ÉVORA • MMXIV

Ficha técnica

Título
REPRESENTAÇÕES DO MITO NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

Coleção
LITERATURA 6

Organização
Ana Luísa Vilela, Elisa Nunes Esteves,
Fabio Mario da Silva e Margarida Reffóios

Edição
Universidade de Évora
Centro de Estudos em Letras da Universidade de Évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora

ISBN
978-989-96532-4-5

Depósito Legal
375706/14

Data de publicação
Maio de 2014

Tiragem
200 exemplares

Execução Gráfica
PUBLITO - Estúdio de Artes Gráficas
Rua do Penedo, 19 – Parque Industrial de Pitancinhos
Tel. 253283843
email: publito@publito.pt
4700-727 Palmeira - BRAGA

Índice

15 **NOTA INTRODUTÓRIA**

17 **I – CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS**

19 Ana Maria Binet
Le Mythe et l'Histoire, les deux faces de *Mensagem* de Fernando Pessoa

31 Danielle Buschinger
Histoire et Mythe dans l'œuvre de Richard Wagner

49 **II – MITO E HISTÓRIA: ROTAS MEDIEVAIS**

51 Ana Margarida Chora
Mito e História na lenda arturiana: confronto, ligação e dependência

59 Ana Maria Rodrigues Oliveira
A criança medieval: um ser inferior, indesejado e perturbador.
Mito ou História?

73 Isabel de Pina Baleiras
Leonor Teles: o mito da mulher má e a história da mulher política

91 Isabel Maria Barros Dias
Atenas na *General Estoria* Afonsina: mito e metáfora

109 Isabel Ponce de Leão e Sérgio Lira
A desconstrução do mito em *Adivinhas de Pedro e Inês* (uma abordagem museológica)

117 Lina Maria Marques Soares
Mitos, Lendas e História na *Crónica da Ordem dos Frades Menores*

127 Luísa Azuaga e Angélica Varandas
Mito e História: Ausências Presentes em *Beowulf*

137 Manuela Santos Silva
A construção coeva da imagem de Filipa de Lencastre como "santa rainha"

151 Natália Albino Pires
D. Lourenço Vicente, Primaz de Braga: entre a história, o mito e a lenda

163 Natália Maria Lopes Nunes
O Mito da Cavalaria na Idade Média e a Tradição Cavaleiresca dos Árabes

175 **III – MITO E HISTÓRIA: LABIRINTOS DO BARROCO**

177 Helena Filipa Silva Lourenço
Mito, história e lenda amorosa do descobrimento da Madeira: uma leitura do tema da saudade na *Epanáfora Amorosa* de D. Francisco Manuel de Melo

191 Manuel Ferro
O Mito, a fundamentação da história e a configuração dos códigos épicos do Barroco: o caso da *Ulisseia*, de Gabriel Pereira de Castro

209 Patrícia de Freitas Camargo
Tempo mítico e tempo histórico no *Livro Anteprimeiro* da *História do Futuro* de António Vieira

221 Regina Castro McGowan
João Baptista Lavanha, *Coronista mor do reyno* e a historiografia sebástica do século XVII

233 Rogério Miguel Puga
O "nascimento" de um mito nacional: a ficcionalização do episódio-tema dos Doze de Inglaterra em *Os Lusíadas*

245 **IV – MITO E HISTÓRIA: PERCURSOS OITOCENTISTAS**

247 Cristiana Vasconcelos Rodrigues
Mito e História na noção do Trágico em Höderlin

259 Maria do Carmo Pinheiro e Silva Cardoso Mendes
Contaminações históricas do mito literário de Don Juan

269 Maria Luísa Trindade Madeira Leal
Naufrágio: da memória aos mitos oitocentistas de decadência nacional

279 Milton Pedro Dias Pacheco
Do mito para a tela: As representações das Tágides camonianas na arte portuguesa de Oitocentos

293 **V – MITO E HISTÓRIA: IMAGENS MILITARES E POLÍTICAS**

295 Carlos Carvalho da Fonte
O Sentido contra o Mito na heráldica primitiva de três Ordens Militares: Santo Sepulcro, Templários e Hospitalários

307 Cláudia Ninhos
O Mito e a História ao serviço da propaganda

319 Magdalena Revue
Armée européenne : une idée mythique ?

333 **VI – MITO E HISTÓRIA: LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

335 Agripina Carriço Vieira
Mitos e História de Angola revisitados

347 Maria Adelaide Neto de Mascarenhas Pacheco
Mito e História em Eudoro de Sousa e Vicente Ferreira da Silva

357 Teresa Margarida Gonçalves de Castro
O herói mítico e a imagem do príncipe nos contos de José Leite de Vasconcelos

369 Yurgel Pantoja Caldas
O mito do herói no épico *Os Brasileidas*, de Carlos Alberto Nunes

379 **VII – MITO, HISTÓRIA E LITERATURA: DA INTEMPORALIDADE À CONTEMPORANEIDADE**

381 Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz
Julien Gracq: leitura e reescrita dos Mitos

391 Ana Raquel Lourenço Fernandes
In the footsteps of contemporary British and Portuguese women authors: myth and short fiction in the 21st century

403 Cristina Zhou
O Mito, o Zen e o Dia Triunfal: reflexões sobre o Mito do *Dia Triunfal* de Fernando Pessoa/Alberto Caeiro

413 Fernando Gomes
A Cidade de Caim em *L'Emploi du Temps* de Michel Butor

423 Francisco Saraiva Fino
Dos Sentidos do Primitivo em *o remorso de baltazar serapião*, de Valter Hugo Mãe

435 Isabel Maria da Cruz Lousada
(Re)escrita de um mito: *Circe ou o Pracer do Azul*

445 Rosa Maria Sequeira
Mito, História, Literatura Comparada e Donjuanismo

455 Rosário Santana Paixão
Dramaturgia das origens: vozes da realeza medieval, mitos de amor e identidade no Imaginário Simbolista de António Patrício

Nota introdutória

Umas breves linhas para contextualizar a vontade que presidiu ao projeto que aqui apresentamos.

Pretendíamos, com a temática "Mito e História", promover a revisão interdisciplinar de conceitos há muito balizados e espartilhados por modelos. Conscientes de que estaríamos a abrir um espaço de debate para um campo muito vasto, tivemos a grata surpresa de ver Literatos e Historiadores explanarem, com entusiasmo, as suas teorias e métodos, partilhando, de modo aberto e flexível, temas, representações e abordagens conceptuais, problematizando reciprocamente os dois quadros epistemológicos que elegemos.

As 36 contribuições[1] que integram esta obra exploram campos muito diversos que optámos por organizar em torno de 6 grupos temáticos. Destacamos a importância das duas contribuições de Ana Maria Binet e de Danielle Buschinger, que nos parecem ilustrar magnificamente a abertura, alcance cultural e potencialidade dialógica do tema que escolhemos para este volume. Revisitando os diferentes períodos histórico-literários – da Idade Média à Contemporaneidade – e abordando aspectos da cultura nacional e europeia, surgem harmoniosamente, no presente estudo, diferentes leituras que, decerto, seduzirão o leitor.

Os Coordenadores,

Ana Luísa Vilela
Elisa Nunes Esteves
Fabio Mario da Silva
Margarida Reffóios

Comité Científico

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)
Carla Ferreira de Castro (Universidade de Évora)
Mirka Novotná (Universidade de Brno)
Sílvia Amorim (Université de Bordeaux)
Vânia Chaves (Universidade de Lisboa)

[1] Os Coordenadores respeitaram a vontade de cada autor relativamente à utilização ou não do Novo Acordo Ortográfico.

O Mito, a fundamentação da história e a configuração dos códigos épicos do Barroco: o caso da *Ulisseia*, de Gabriel Pereira de Castro

MANUEL FERRO
Universidade de Coimbra
Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos
ferro@fl.uc.pt

Quando Giambattista Vico compõe a *Scienza Nuova*, em polémica aberta com a filosofia cartesiana, defende que o objecto do saber humano não deve ser uma rede de construções conceptuais abstractas, de natureza científica e matemática, mas a realidade histórica do mundo produto da criatividade do homem. Aceitando a ideia de que o curso da História evolui segundo uma intenção benévola determinada pela divina Providência, desconhecida dos homens, considera esse desígnio como o factor que confere sentido à evolução e desenvolvimento das sociedades, nele se reconhecendo a recorrente sucessão de fases, de ciclos históricos ou idades em cada civilização, cada uma delas com uma forma social, necessidades materiais e uma configuração psíquica própria. A análise levada a cabo pelo autor napolitano assenta não só na reconstituição do passado graças a testemunhos individuais de autores, mas recorre em simultâneo a elementos colhidos no uso da língua, nos ritos, instituições e, sobremaneira, nos dados que os mitos disponibilizam. Estabelecendo, assim, que a História das sociedades segue uma lei interna que lhe é inerente e implica a passagem por três estádios sucessivos, correspondentes às três faculdades humanas – o sentimento, a fantasia e a razão –, é possível discernir em cada cultura a passagem da condição primitiva à era dos heróis e, por fim, à de uma sociedade avançada. Ao atribuir assim uma competência cognitiva às criações míticas da Humanidade, Vico destaca-se da mitografia que interpretava o mito como um estádio informe da experiência humana (Ceserani & de Federicis, 1981, 376). Essa recuperação do mito, leva-o a justificar-se no Livro Segundo, intitulado "Da Sabedoria Poética" e a enumerar as razões pelas quais a importância deste filão hermenêutico deve ser reconhecido e aproveitado para a reconstituição do processo histórico:

> [362] A primeira foi a reverência da religião, porque com as fábulas foram as nações gentias fundadas por toda a parte com base na religião. A segunda foi

> o grande efeito, daí seguido, deste mundo civil, tão sabiamente ordenado que não pode ser efeito senão de uma sabedoria sobre-humana. A terceira foram as circunstâncias em que essas fábulas, como aqui adiante veremos, assistidas pela veneração da religião e pelo crédito de tanta sabedoria, permitiram aos filósofos lançarem-se na pesquisa e meditarem coisas elevadíssimas em filosofia. A quarta foram as comodidades, como também aqui adiante daremos a conhecer, de eles explicarem as sublimes coisas por si meditadas em filosofia com as expressões que por sorte lhes haviam deixado os poetas. A quinta e última, que vale por todas, por aprovarem esses filósofos as coisas por eles meditadas com a autoridade da religião e com a sabedoria dos poetas. Cinco causas das quais as duas primeiras contêm os elogios, a última os testemunhos, que, mesmo dentro dos seus erros, os filósofos deram da sabedoria divina, que ordenou este mundo de nações; a terceira e quarta são enganos permitidos pela divina providência de modo que eles se tornassem filósofos, para a compreender e reconhecer, tal qual ela é verdadeiramente, um atributo do verdadeiro Deus. (Vico, 2005, 196)

E na sua esteira, Ludovico António Muratori insere-se no âmbito da renovação geral do conhecimento histórico e teoriza sobre um método vigoroso de análise baseado quer na investigação de arquivos, quer na crítica das fontes e respectivo cotejo (Muratori, 1964, 261-262). Procurava-se, deste modo, pôr ordem e evitar os abusos praticados pela historiografia anterior. Por esse motivo, a historiografia do barroco logo foi marcada pelo estigma da falta de rigor, se bem que, ainda assim, tenha sido abundante. De qualquer modo, verificamos que o que se passa em Portugal não difere muito do que acontece na generalidade dos países europeus de Seiscentos. A escrita da História afirma-se pelo seu carácter «político», em que a atenção se concentra principal ou exclusivamente nos acontecimentos dos estados e da oligarquia no poder; para além disso, é uma historiografia que se pode designar de tendenciosa porque é frequentemente a emanação directa dos interesses de que o autor, na sua condição de homem de corte, funcionário, eclesiástico, etc., se faz porta-voz, e porque sobre ela actua de modo mais visível do que noutros géneros literários, o condicionamento exercido pela autoridade[1], se bem que gradualmente se afirme uma gradual tendência para a sua emancipação perante a sujeição eclesiástica, régia e até, numa perspectiva literária, face aos códigos da retórica dominante; por outro lado, é uma historiografia que olha também para a Europa e para o mundo[2], pelo que está orientada para a actualização dos acontecimentos, referindo de boa vontade os mais recentes acontecimentos de França, Espanha, Inglaterra, etc.; por último, porque o ponto de vista que cada historiador adopta é, na maioria das vezes, redutor, visto eles identificarem a actuação política com os comportamentos pessoais, com a vontade dos príncipes, as intrigas na corte ou os conflitos dinásticos. Procuram-se, por conseguinte, modelos europeus, sem se colher o sentido profundo das transformações em vias de implementação, procurando antes penetrar e descrever as secretas intenções dos governantes, convencidos, como estavam, de que delas dependia exclusivamente o movimento da História (cf. Ceserani & de Federicis, 1980, 745; e Torgal, 1996, 19-37).

Neste contexto, a principal tentativa de uma síntese historiográfica fora dos modelos da cronística tradicional é a *Monarquia Lusitana* (1.ª Parte: 1597[3]; e 2.ª Parte: 1609), iniciada por Frei Bernardo de Brito e continuada por Frei António Brandão e Frei Francisco Brandão, entre outros mais (Frei Rafael de Jesus, Frei Manuel dos Santos, e já no século XVIII, Frei Manuel da Rocha, Frei Manuel de Figueiredo e Frei Fortunato de S. Boaventura). Pela sua extensão, pelas diferentes mãos que nela intervieram e pelo facto de se tratar de uma experiência nova do âmbito da historiografia, a par da erudição humanística ainda dominante, revela-se uma obra compósita e heterogénea pela abundância de documentos e fontes usadas, frequentemente sem grande tino crítico. Nela, convergem fábulas, lendas e mitos; o filão novelesco, particularmente das novelas de cavalaria; a tradição hagiográfica, mormente nos episódios favoráveis ao miraculoso, carecendo de verosimilhança; e tudo isto a par de novos métodos que privilegiavam a cronologia e uma perspectiva comparada, ou outras alternativas proporcionadas pelos novos ramos da paleografia, diplomática e numismática, muito embora não se ressentindo da crítica racionalista que contestava a autoridade hermenêutica da Bíblia (cf. Saraiva & Lopes, [17]1996, 423-427)[4]. Com todos estes ingredientes, não admira que cedo se tecesse contra Frei Bernardo de Brito[5] uma dura diatribe, censurando-o e apontando as debilidades da sua obra. Diogo Paiva de Andrade, mais por despeito e frustração, por não ter sido ele a conseguir a nomeação de cronista-mor do Reino no lugar de seu pai, desafogou o seu azedume na invectiva *Exame das Antiguidades*...

[1] Ilustram esta tendência os títulos de António Caetano de Sousa, 1739-1755, assim como igualmente da mesma autoria, Sousa 1735-1759.

[2] Refiram-se, a título de exemplo, as obras de Manuel de Faria e Sousa, 1678-1675; e do mesmo autor, 1681.

[3] As citações feitas neste estudo referentes ao texto desta 1.ª Parte terão em conta a edição de 2004.

[4] Sobre a estreita ligação do Mito, a História e a Bíblia, veja-se ainda Cabral, 2010, 203-218.

[5] Frei Bernardo de Brito, no século chamado Baltasar de Brito de Andrade, nasceu em Almeida em 1569 e faleceu em Alcobaça, em 1617. Monge Cisterciense a partir de 1585, foi Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, assumindo os cargos de Cronista da Congregação e também de Cronista-Mor do Reino, em 1616, por nomeação de Filipe I. Entre outros títulos de sua lavra, merecem destaque a *Monarquia Lusitana*, I: 1597, e II: 1609; *Geografia Antiga da Lusitânia*, 1597; *Primeira Parte da Crónica de Cister*, 1602; *Elogios dos Reis de Portugal*, 1603; e o livro de poesias intitulado *Sylvia de Lisardo*, 1597.

(Andrade, 1616), desafiando-o a responder-lhe com alegações menos incertas e opiniões melhor fundadas. E não obstante os elogios provenientes de reputados nomes como Manuel de Faria e Sousa, Jorge Cardoso, D. Francisco Manuel de Melo, entre outros, assim se iniciava um moroso processo de suspeita, incidindo sobre cinco grandes núcleos temáticos (a fundação de Roma; a suposta existência de grande quantidade de minas de ouro e prata em território português; a lenda das éguas conceberem por acção do vento; pretensas guerras entre Porto e Braga; e o motivo do título da obra, *Monarquia*) (cf. Rego, 2004, XVI). Se foi acusado de excessiva credulidade, de ter feito uso e citado obras e autores de que não se poderia verificar a existência, caindo sobre os seus ombros a presunção de falsário, o certo é que o contexto de composição da obra, apesar de dedicada a Filipe I, é marcado por um forte nacionalismo e, para exaltação das glórias nacionais, não se via com maus olhos a amplificação e ampliação da quantidade de documentos que o tempo havia destruído, mediante o forjar de títulos, pretensões indevidas, a atribuição de origens lisonjeiras, tudo em favor do orgulho nacional ou de causas patrióticas[6]. Aliás, não de modo muito diferente haviam actuado Frei Heitor Pinto, Fr. Amador Arrais ou Pedro de Mariz. Mas Frei Bernardo de Brito foi um pouco mais longe ao fabricar documentos: a carta de sujeição do feudo de D. Afonso Henriques a Santa Maria de Claraval; a carta de S. Bernardo a el-Rei D. Afonso Henriques, em que fazia depender a sorte da Monarquia da integridade das rendas de Alcobaça; bem como a carta de sujeição e feudo de D. Afonso Henriques à Sé Apostólica e respectiva resposta. Apropriando-nos, por conseguinte, das palavras de Frei Fortunato de S. Boaventura sobre esta matéria quando expõe as acusações apontadas do frade historiador ter forjado autores e obras de que dizia ter-se servido, verificamos que, como ele também refere, acaba desculpabilizado por ter confiado e ter-se deixado enganar por historiadores de pouca fé e falsários – argumentos válidos que o seu defensor utiliza para negar a primeira das censuras e apenas aceitar em parte a segunda (Rego, 2004, XXVI-XXIX).

Assumindo, pois, sempre que fosse considerado conveniente, uma perspectiva comparada, os acontecimentos do Reino são narrados tendo em conta a simultaneidade do processo histórico na Lusitânia, inserida no contexto da Península e, ao mesmo tempo, no mundo, privilegiando de modo

[6] Por vezes até, as razões de semelhante actuação tinham a ver com a disputa entre diferentes mosteiros e sua reputação, como acontecia entre o de Santa Cruz de Coimbra e o de Alcobaça. Ainda a propósito da existência ou não de uma escola pública em Alcobaça, que poderia pôr aquele mosteiro a par do de Coimbra, pelo facto de semelhante motivo ter sido invocado para a fundação da Universidade e sua instalação na cidade do Mondego, só no século XX, Mário Brandão ousou esclarecer mais um ponto abusivo sobre esta matéria, da responsabilidade, desta vez, de Frei Manuel dos Santos, visando o enaltecimento da sua casa-mãe (veja-se Brandão, 1960).

particular a história bíblica, e, depois, a mitologia, para os tempos mais antigos, ou os dados bebidos em diferentes autores sobre a Assíria, o Egipto, ou países mais recentes, como a França, a Alemanha ou a Itália. A grande referência, todavia, é de resto a história bíblica, inspirada nas Sagradas Escrituras, e é sempre por ela e pela cronologia nela proposta que os factos são devidamente ordenados, proporcionando as necessárias amarras para os restantes contextos, segundo os modelos da cronística medieval. Pelo facto, no que se relaciona com esta vertente, Frei Bernardo de Brito segue acriticamente a teogonia aí exposta, interpreta o *Génesis* à letra, aceita e cita datas de antes e depois do dilúvio sem qualquer repugnância (Rego, 2004, XXII). Por ingénua que pareça a reconstituição de acontecimentos tão remotos, como os que a I Parte da *Monarquia Lusitana* contém, o esforço do historiador é notório, tendo em conta as informações de que podia dispor. A História Sagrada é assim, complementada por informações recolhidas em lendas e mitos, que, embora não resista a critérios de exigência em termos de crítica histórica, não deixa de ser a fonte de informação e o testemunho existente do nosso passado. Frequentemente, essas lendas e mitos haviam sido registados por gerações sucessivas de escritores, carecendo apenas de confirmação arqueológica (Rego, 2004, XX).

A mitologia encaixa-se, assim, de maneira natural na reconstituição da História e, para o efeito, aproveitam-se todos os autores precedentes que tinham seguido um método semelhante. Este entrançado de dados históricos e míticos torna familiar ao leitor os nomes de Adão, Noé, Túbal, Isaac, Jacob, Isaú, a par dos de Júpiter, Osíris, Hércules, Mémnon, Sículo, Perseu e Medusa, Luso, Príamo, Helena, Ulisses, os Argonautas..., entre outros mais. Nesta perspectiva, poderemos até defender que um dos aspectos a censurar a Frei Bernardo de Brito será porventura o de lançar o tratamento de um acontecimento num contexto exclusivo de dimensões lendárias e mitológicas. Um dos casos mais flagrantes desta categoria é o da fundação da cidade de Lisboa, atribuída a Ulisses, no capítulo XXII do Tomo I – facto que jamais é questionado, nem pelo autor, nem sequer por quem quer que fosse, na altura. Talvez por motivos patrióticos, atribuía-se tal proeza a um fundador ilustre, universalmente reconhecido, muito ao gosto do modo como os humanistas italianos tinham feito para a maioria das suas cidades no Renascimento. E Lisboa era afinal a capital de um império que, embora em crise em tempos da monarquia dual, vivera tempos gloriosos com a empresa das descobertas, a afluência de riquezas orientais, a concentração de matérias exóticas e um comércio intenso e activo. Por conseguinte, o entusiasmo que o autor incute a este episódio justifica-se pela conjuntura que ainda se vivia a nível nacional. Aliás, a opção pela escolha da língua portuguesa na composição da *Monarquia Lusitana*, em alternativa ao latim e ao castelhano, é

apenas mais uma manifestação dos motivos patrióticos que o inspiravam na composição de uma obra desta envergadura, como também condizia com a opção assumida pelo numeroso número de poetas épicos daquele período.

Assim, depois de tratar do reinado de Górgoris, rei mítico da Lusitânia, que vê a sua acção governativa alargada a toda a Península Ibérica, introduz o relato dos acontecimentos contemporâneos referentes à História do povo judeu e, de seguida, transfere a sua atenção para o âmbito da cultura grega, referindo a guerra e ruína de Tróia, bem como as consequências daí advindas para os heróis que nela participaram e para as nações que com eles contactaram. No que diz especificamente respeito à Lusitânia e a Ulisses, regista o historiador:

> Regendo Gorgoris o Reyno da Lusytania, & os mais de toda Espanha, aportou nella Vlysses com algũas embarcações, que as ondas do mar lhe deixarão ysentas da tempestade, & subindo, como dissemos, pelas claras ondas do Tejo, sayo em terra, convidado (como se pode julgar) do quieto porto, em que tinha as naos seguras, & da fertilidade, que na terra via, pera refazer os corpos cansados, por tão largas navegações. Aqui esteue o prudente Capitão descansando muitos dias, no fim dos quais querendo levantar as vellas pera se tornar a Ithaca, achou as vontades dos seus companheiros tão alheas neste particular da sua, que vendosse com pouco remédio, pera se tornar só a Grecia, escolheo por menos mal seguir o parecer, & desejo dos mais, começandolhe a fundar hũa fermosa cidade, junto do próprio Tejo, & nella hum templo sumptuosíssimo, de fabrica maravilhosa, dedicado ao Idolo de sua Deosa Minerua, que os antigos tinhão por auogada particular da eloquência. (Brito, 2004, 65v-66)

Deste modo linear, começa o relato da chegada de Ulisses ao estuário do Tejo, valorizando os atributos de segurança e fertilidade das margens, a ponto de os seus homens desejarem prolongar a sua estada e se afirmar a decisão da fundação da cidade. Para comprovar as suas afirmações, Frei Bernardo de Brito invoca, então, autores por demais conhecidos do público leitor, não só para fundamentarem o seu relato, como para servirem de prova e testemunho da veracidade dos acontecimentos narrados. Aponta, além de Homero, Asclepíades, Possidónio, Estrabão e Artemiodoro. Só então retoma o fio da narração e, em breves palavras, esboça o modo de construção dos muros da cidade, muito embora só depois de concluído o Templo de Minerva:

> Acabada por Vlysses a grande machina do templo, pos as mãos na obra da cidade, fortificandoa com os melhores, & mais fortes muros, que naquele tempo se costumauão, repartindo a obra por varias companhias da gente, pera que com a interpolação do trabalho, o não sentissem tanto, deste modo concluyo Vlysses breuemente sua pouoação, dando-lhe (como quer Solino) seu próprio nome, do qual se chamou Vlissea, ou como lhe chama Plinio Olysippo. (Brito, 2004, 66)

Apelando sempre para a autoridade de outros nomes como Solino e Plínio, reforça-os com provas acarretadas de Lorenzo Valla e André de Resende, para que, com intuito laudatório, se evidenciem as razões do entusiasmo e contentamento colhidos por Ulisses com a prosperidade e engrandecimento da nova cidade, a ponto de depressa esquecer a quietação e felicidade do seu reino. Depois de reparar as embarcações danificadas, a pesca floresce, a princípio nas águas do rio, depois ao longo da costa. A fama deste novo povoado expande-se de tal modo que Górgoris dele ouviu falar e considerou oportuno tomar conhecimento do que verdadeiramente se passava, visando submetê-lo pela força das armas, se disso houvesse real necessidade. Mas Ulisses, com a sua notável habilidade diplomática, leva-o, antes, a reconhecer e admirar a obra feita, bem como o proveito que deste povoamento podia colher, pelo que acaba até sendo recompensado:

> [...] Ao Capitão Vlisses deu por amiga a filha, de que fallamos atrás, mãy do menino Abidis, que ella aceitou pera ganhar com esta sombra de matrimónio a vontade da gente Espanhola, & com ella viueo algũs tempos em grande quietação, & tão preso de seus amores, como o pinta Homero na Odisea, quando o faz namorado da Nympha Calypso [...]. (Brito, 2004, 66v)

A partir de então, começa a linha descendente do enredo. Uma pretensa carta de Penélope vem despertar Ulisses do doce remanso em praias lusitanas. Certamente convencido de que na altura seria ousado demais conceber-se com precisão o paradeiro do errante navegador, a ponto de a esposa o secundar com missivas, Frei Bernardo de Brito, alegando tratar-se de um ficção já tratada por André de Resende, que por sua vez havia retirado de Homero, com subtileza, logo se apressa a atribuir a transcrição da carta de Penélope à autoridade de Ovídio. A corroborar a decisão da partida do herói, refere-se a transformação ocorrida no comportamento dos gregos, que, de homens polidos e civilizados se tornaram temíveis corsários, atacando as povoações costeiras da península. Combatidos pelas diferentes populações descontentes – guerras que, segundo o autor, são relatadas por Volterrano, Estrabão e Laymundo –, a melhor solução a adoptar afigurou-se a Ulisses ser a da partida e do regresso a Ítaca. Com profundo pesar do rei Górgoris, bem como da respectiva filha, a decisão foi acatada tendo em conta os motivos que a levaram a ser tomada:

> [...] Vendo como fora proveitoso ao Reyno leuar consigo as naos, que tanto escandalo dauão ao pouo, & fazendo pazes com os que ficarão em Lisboa, os tratou sempre como naturais da própria terra. Esta insigne cidade foy sempre tão venturosa, que em poder de várias nações, & senhorios costumados a desbaratar glórias alheas acrescentou sempre a sua, de maneira, que he oje hũa das mayores, mais ricas, & nobres de toda Europa, cabeça, & assento

> principal dos felicíssimos Reys de Lusytania, a cujo alto Imperio obedecem os poderosos Reys da India, tendosse por venturosos de pagarem tributos, & conhecerem vassalagem a nação tão belicosa, como cria em si nossa Lusytania. (Brito, 2004, 66v-67)

E assim se esboça o processo de fundação da florescente cidade que, passados séculos, viria a ser sede da monarquia e capital do reino e do Império que se estendia até as costas orientais da Ásia, submetendo os ricos e poderosos monarcas da Índia, de cuja vassalagem eram levados a se vangloriarem, como sublinha o autor. No entanto, tal episódio não se poderia encerrar sem um desfecho grandioso. Para tal, engendra o historiador uma espécie de epílogo que contém uma mensagem apoteótica, apontando para um porvir glorioso, a fim de incutir força e coragem a um reino abatido, governado por um rei estrangeiro, num período de crise generalizada:

> O que parece adeuinhou muitos annos antes, quem escreueo aquelles fatídicos versos, achados não muy longe de Sintra, em tempo del Rey Dom Manoel da gloriosa memória, esculpidos em hũa collumna de pedra, metida debaixo da terra, que dizião deste modo:
>
> VOLVENTVR SAXA LITERIS ET ORDINE RECTIS,
> CVM VIDEAS OCCIDENS ORIENTIS OPES,
> GANGES, INDVS, TAGVS, ERIT MIRABILE VISV,
> MERCES COMMVTABIT SVAS VTERQVE SIBI.
>
> A significação dos quais he a seguinte: quando os Reynos Occidentais virem em si as riquezas do Oriente, se descubrirá esta pedra, & ficarão as letras della direitas, será cousa maravilhosa, ver o Rio Ganges, o Indo, & o Tejo comunicar entre si as riquezas, que cada hum cria. Inda que na verdade destas letras há homẽs, que tem muito escrúpulo, entre os quais Abraham Ortelio no seu Teatro do mundo, claramente diz, que foy cousa inuentada por hum Portugues, que ele nomea, mas aproua desta ficção, não sey eu como se possa authorizar facilmente, no que me não metto muito, porque he cousa de pouca importância, & que eu não quero tomar á minha conta. (Brito, 2004, 67)

Por conseguinte, desde a fundação da cidade que um futuro glorioso a aguardava. Mas a profecia aqui revelada apenas seria conhecida quando estivesse já realizada, apontando-se o reinado de D. Manuel como o momento alto do enriquecimento da urbe, decorrente do comércio com o Oriente. A rematar, apenas se enumeram outras tantas cidades que foram fundadas na Península Ibérica, em resultado de um processo paralelo ou em circunstâncias semelhantes, como são os casos apontados de Tui, Gaia, Cartagena e Caliz (*sic*). E encerrado o episódio, retoma-se a linha dos acontecimentos que tiveram lugar no mundo, particularmente os que se relacionam com a História Sagrada e servem de referência cronológica.

Ora, mais ou menos na altura em que Frei Bernardo de Brito redigia esta I parte da *Monarquia Lusitana*, tinha lugar uma acalorada polémica em torno dos códigos que deviam presidir à composição de um poema épico perfeito[7]. Seguiam uns a lição de Camões e, outros, a de Torquato Tasso. Digladiaram-se estas duas tendências durante mais de um século. Ao longo deste extenso arco de tempo, apesar da sucessão de períodos em que a mudança do gosto, da mentalidade ou dos códigos se ia operando, de acordo com o fluir da História, houve múltiplas oportunidades para submeter essa herança a um constante reexame ou até a profundas revisões críticas. De uma perspectiva ou de outra, os princípios e os códigos discutidos partiam, todos eles, da grelha dos pressupostos teóricos expostos e sistematizados à partida nos *Discorsi dell'Arte Poetica* (Tasso, 1587), que se tornaram um marco de referência para quantos aspiravam à imortalidade através da composição de um poema épico que atingisse a perfeição e constituísse motivo de admiração e de imitação. Naturalmente que nem todas essas regras foram aceitas do mesmo modo. Se algumas não levantavam qualquer dúvida quanto à sua necessidade, quase sempre aquelas em que a matriz aristotélica era mais evidente, outras havia que eram objecto de longos e acirrados debates ou que, embora em escasso número, nem sequer eram tidas em grande conta. A recepção dos códigos tassianos respeitantes à teorização do poema épico vem assim consolidar as ideias que serviram de suporte, não só a uma intensa produção de epopeias, como à corrente de teorização e de hermenêutica que então começa a afirmar-se reconhecendo em simultâneo o valor do paradigma camoniano.

A partir da análise dos textos de natureza teórica então produzidos, verificamos, pois, que quase todos os autores portugueses interessados no género seguem a estratégia utilizada por Torquato Tasso na exposição dos códigos poéticos, distribuindo-os de acordo com a tradicional tripartição proposta pelos estudos de retórica, em *inventio*, *dispositio* e *elocutio*. No âmbito da *inventio*, a questão do maravilhoso constituía a pedra de toque da teoria tassiana e, entre os portugueses, não poderia passar despercebida, gerando até um dos aspectos mais polémicos da controvérsia. Desde que Torquato Tasso havia defendido o uso de um maravilhoso cristão em vez da mitologia pagã, cedo se perfilaram, a favor ou contra, nomes de mérito. Apologistas da aplicação de ficções relacionadas com o ideário cristão são Manuel Pires de Almeida, Manuel de Galhegos, Troilo de Vasconcelos da Cunha, Francisco de Morais e Vasconcelos, Luís António Verney, Cândido Lusitano, Pina e Melo, o P.e Teodoro de Almeida, ou Agostinho de Macedo, entre outros. Contra,

[7] Sobre a questão das polémicas entre Camonistas e Tassistas, veja-se: Braga, s.d.; Figueiredo, 1910; Figueiredo, 1916; Amora, 1955; Piva, 1971; Piva, 1973; Miranda, 1980; Castro, 1982; Miranda, 1982; Pires, 1982; Miranda, 1990; Ferro, 2004; Pires, 2006; Ferro, 2009.

pronunciaram-se João Soares de Brito ou António de Melo da Fonseca, enquanto outros ainda procuraram estabelecer um compromisso entre os dois tipos de maravilhoso, como Francisco Botelho de Morais e Vasconcelos ou D. Francisco Xavier de Meneses. No entanto, sobre esta matéria, não houve propriamente uma evolução linear; pois a opção resultava das ideias que cada um partilhava sobre a própria ideia de poema épico[8].

A *Ulisseia* (Castro, 1636)[9], de Gabriel Pereira de Castro[10], composto no ambiente acalorado destes debates, e dada aos prelos em 1636, foi, pois, o segundo dos poemas épicos de matéria mitológica no âmbito da literatura portuguesa, depois da *Gigantomaquia*, de Manuel de Galhegos, publicado em 1628 (Galhegos, 1628), muito embora com o intuito de estribar a fundação da capital numa versão 'histórica' que simultaneamente a exaltasse.

Na *Ulisseia ou Lisboa Edificada*, a matéria centra-se sobre as origens míticas da capital e recua ao período da suposta presença de Ulisses na Lusitânia, recuperando assim um antepassado ilustre para a fundação da cidade, na esteira do que a historiografia já havia feito, e permitindo-se, deste modo, enaltecer aspectos vários das tradições históricas de Portugal. O poema, de modelo camoniano e com frequência julgado pouco inferior a *Os Lusíadas*, é, nos seus dez cantos em oitava rima, um epopeia de referência pela erudição literária que revela, com os seus numerosos ecos das epopeias clássicas, desde os poemas homéricos e virgiliano, de que o autor mostra amplo conhecimento, até à própria obra de Camões, que figura entre os paradigmas épicos utilizados por Gabriel Pereira de Castro. Naturalmente que a matéria se amplifica e às cinco páginas da *Monarquia Lusitana* faz Gabriel Pereira de Castro corresponder um poema escandido em dez cantos, com um total de 1211 estâncias.

E o assunto é exposto de modo sumário na proposição, como os códigos impunham, resumido a uma só estância, se bem que a segunda, que

[8] Sobre a análise das obras de índole teórica dos autores apontados, veja-se a obra antes indicada de Ferro, 2004.

[9] As citações do texto desta obra terão em consideração a edição de 2000, seguidas do número do canto e das estâncias a que a citação diz respeito.

[10] Gabriel Pereira de Castro nasceu em Braga a 7.2.1571 e formou-se e doutorou-se em Direito Canónico pela Universidade de Coimbra, chegando aí a exercer as funções de Lente. Foi Desembargador da Relação do Porto e da Casa da Suplicação de Lisboa, Corregedor do Crime, Procurador-Geral das Ordens Militares e Chanceler-Mor do Reino. Autor de tratados de especialidade em latim, da *Monomachia sobre as Concórdias que fizeram os Reis com os Prelados de Portugal, nas dúvidas da jurisdição eclesiástica e temporal* (1738), obras poéticas em diversas línguas, ainda inéditas, e a *Ulisseia ou Lisboa Edificada: Poema Heróico* (1636), que cedo conseguiu o mérito de alcançar cinco edições até às primeiras décadas do século XIX. Faleceu em Lisboa, em 18 de Outubro de 1632.

Sobre este autor, veja-se Silva, 1855, 5-36; Glaser, 1963, 25-75; Glaser, 1976, 159-204; Alves, I, 1995, 1066-1067.

contém a invocação à Musa, acabe igualmente por delinear parte da acção da epopeia:

> As Armas e o varão que os mal seguros
> Campos cortou do Egeu e do Oceano,
> Que por perigos e trabalhos duros
> Eternizou seu nome soberano,
> A grã Lisboa e seus primeiros muros
> (De Europa e largo Império Lusitano
> Alta cabeça), se eu pudesse tanto,
> À Pátria, ao mundo, à eternidade canto.
>
> Lembra-me, Musa, as causas, e me inspira
> Como por tantos mares o prudente
> Grego, vencendo de Neptuno a ira,
> Chegou do Tejo à túmida corrente;
> Ouvirá o som da lusitana lira
> O negro Ocaso e lúcido Oriente
> Se tu dás ser a meu sujeito falto,
> Para que caiba em mim furor tão alto. (Castro, 2000, I, 1-2)

Cantam-se, pois, feitos de armas, como convém a um poema épico, mas também viagens aventurosas, levadas a cabo por um varão ousado, que superou os limites do mundo conhecido e passou as colunas de Hércules, legando à posteridade uma herança inolvidável, mediante a fundação de uma cidade que leva o seu nome e que no futuro viria a ter altos vaticínios.

Recorrendo ao jogo de anacronias de que vive o poema épico, o início da narração tem lugar *in medias res*, quando os navegadores vêm a atravessar o mar Jónio e, superada uma grande tempestade com o beneplácito de Júpiter, tem lugar o concílio dos deuses em que Júpiter anuncia o destino do valoroso Capitão:

> Por este Capitão, por esta gente
> A eterna lei do imóbil fado ordena
> Se funde ũa cidade, onde a corrente
> Do Tejo se dilata mais amena,
> A quem o Gange e o Indo do Oriente
> As leis virão pedir e paz serena,
> Fazendo obedecer-se a grã Lisboa
> Do tardio Boote à tocha eoa. (Castro, 2000, I, 26)

Apesar da oposição tecida desta vez por Marte, a armada entra no porto de Circe, e apesar dos artifícios mágicos da feiticeira, o acolhimento acaba por ser principesco, permitindo-se a Ulisses recuperar o tempo passado e narrar-lhe os acontecimentos anteriores, desde a guerra de Tróia, contemplando igualmente a sua errância no mar, até aos encontros mais inespe-

rados. Refere então a profecia da Proteu, que o admoesta e o avisa, entre outros aspectos, sobre o momento e o lugar da fundação de uma nova urbe:

> Ũa garça cũa águia do profundo
> Sair verás com grande agilidade,
> Lá onde Febo morre, onde outro mundo
> Espera de seu rosto claridade;
> Neste lugar o fado mais jocundo
> Te permite fundar ũa cidade
> Que a todas as do mundo a palma toma,
> Perdoe a alta Cartago, a ilustre Roma. (Castro, 2000, II, 86)

Entre as estações da gesta apresentada, a lenda de Polifemo e Galateia é tratada com altas efusões líricas, seguida do relato do estratagema encontrado para que todos escapem ilesos à fúria do Ciclope cego. Incapaz de se vingar, Polifemo lança ainda o seu pranto aos Elementos, a ponto de despertar a ira de Neptuno contra o Grego. Só depois de enfrentar difíceis condições do mar, a armada acaba por alcançar o porto de Circe, onde o herói procura abrigo para os seus homens retemperarem forças. E depois de escutar a longa narrativa do nauta, a feiticeira expõe-lhe o prognóstico do futuro:

> Cila ouvirás, e o canto doce e brando
> Das Sereias, dos nautas tão temido;
> Chegarás aonde as portas vai cerrando
> Ao trato humano Alcides atrevido;
> Depois de andar no largo mar errando
> Verás o Tejo, tendo dividido
> As ondas do oceano, a quem refreia
> Júpiter com grilhões de branda areia.
>
> Aqui neste lugar os nobres muros
> Levantarás com glória, a que temendo
> Todo o Oriente, em séculos futuros,
> Inclinará a cerviz obedecendo,
> Quando ao mundo nascerem aqueles puros
> Espíritos que o Elísio está detendo
> Até que o tempo vagaroso e lento
> Traga o dia a seu claro nacimento.
>
> Darão à grande Lisboa descendentes
> Que dilatem coa vida o novo império
> Até as casas do Sol e nas ardentes
> Areias de Ásia escrevam o nome hespério;
> Afrontarão com ânimos valentes
> O frio e ardentíssimo hemisfério,
> Ficando o mundo todo campo estreito
> A um reino só de mil impérios feito. (Castro, 2000, III, 124-126)

Também é na companhia de Circe que Ulisses desce aos infernos, ao encontro de Anticleia, sua mãe, e é lá que pode assistir à revelação da grandeza da vindoura monarquia lusitana, enumerando-se cada monarca, desde o Conde D. Henrique até Filipe III, bem como os feitos que os ilustram, entre as estâncias 81 e 115 do Canto IV. Depois da bênção que a mãe lança ao herói e das notícias da família que ali obtém, Circe avisa-o de ser o momento da saída. A partida e a separação decorrem de modo aparentemente pacífico. Mas novas provações o assolam – Cila e Caríbdis, as Sereias, tempestades –, até que o sinal da profecia, da águia caçando a garça, lhes indica o lugar para o desembarque. Em espaço idílico e convidativo, Ulisses encontra um pastor que faz a descrição da terra, lhe fala do rei Górgoris, e, depois, se prepara o encontro de ambos os comandantes, que se concretiza no ambiente festivo de um banquete oferecido pelo rei da terra. A seu pedido, Ulisses relata a guerra de Tróia e, na manhã seguinte, organiza-se uma caçada real ao javali. Calipso, filha de Górgoris, não fica indiferente a Ulisses, nem ele a ela, e abre-se espaço a um idílio amoroso de matriz petrarquista. Neste contexto, resolve-se o Grego a prolongar a sua estada e fundar a cidade profetizada:

> Ali chegou Ulisses e, tornando
> Para a cidade, goza dos favores
> Da grã Calipso, em cujo peito brando
> Tanta impressão têm feito seus amores;
> Nestes doces cuidados enganando
> Os dias, que então julga por melhores,
> Nota um sítio eminente e mais seguro
> Para erguer da cidade o nobre muro.
>
> Cos seus o caso Ulisses conferia:
> Uns erguer a cidade lhe aprovavam,
> Outros, votando por diversa via,
> Fundar os novos muros reprovavam;
> Que se erga a grã cidade se vencia
> Contra os que pela pátria suspiravam,
> Que é grã doçura a com que a pátria amiga
> A suave lembrança nos obriga. (Castro, 2000, VII, 42-43)

Para o efeito, Ulisses recorre à protecção de Júpiter, ergue-lhe um altar e celebra ritos a Jano, às Naiades, a Neptuno e a Éolo. Enquanto uns defendem que se deva chamar Ulissipo, outros optam por Ulisseia:

> Que se chame Ulisseia concordaram.
> – «Seja Ulisseia» – dizem – «gloriosa!» –
> Quando nos fundamentos que lançaram
> Cousa descobre o Céu rara e formosa:

Que no templo que a Palas levantaram
Ũa cabeça humana portentosa
Viva nas cores viam, e ũa espada
Dos poderes do tempo reservada.

Hirípilo agoureiro Ulisses chama,
Que com estro divino lhe dizia:
– «Adonde esta cabeça teve a cama
Quer Jove erguer mais alta monarquia:
Aqui grandes varões de eterna fama
Além dos termos que prescreve ao dia,
Farão que no universo se conheça
Que é de Europa Ulisseia alta cabeça.»

Tanto que o cerco repartido esteve
Da famosa Ulisseia, honra de Marte,
E o muro e templo assinalado teve,
Ruas abrindo vai, praças reparte;
Ferver se via a obra em tempo breve
E o trabalho exceder modelos e arte;
Pelos montes se ouvia donde mora
Os golpes repetir Eco sonora. (Castro, 2000, VII, 47-49)

O entusiasmo, a labuta, o suor, o bulício traduzem no relato épico a viva imagem da construção da urbe. A pedra é partida, arrastada, talhada, empilhada, os pesados troncos são retirados do bosque e feridos pelo machado; os carros, tudo transportando, gemem pelos caminhos...

Já se viam crescendo erguer seguros
A testa altiva os muros levantados,
Rompendo com a grandeza os ares puros,
Das correntes do Tejo rodeados,
Ameaçando do alto os fortes muros
De lustrosas ameias coroados,
Sobre o tanque do Oceano profundo
As coroas do velho e novo mundo. (Castro, 2000, VII, 53)

Lançadas as base da cidade, o Capitão adormece e aparece-lhe em sonhos não só a alegoria do Tejo, como a ninfa Legeia que lhe canta a profecia escutada a Proteu, de exaltação dos grandes do Reino, de D. Afonso V aos heróis da Índia, muito em particular os que forjaram o Império Português do Oriente. Depois, se indícios naturais apontam para bons augúrios, Circe vinga-se do abandono e os deuses infernais intervêm, criando o caos e espalhando a discórdia. Górgoris é incitado a arrasar a nova cidade e a declarar guerra a Ulisses, conflito que efectivamente acaba por ter lugar e se conclui, depois de mirabolantes intervenções sobrenaturais e da participação dos deuses do Olimpo, segundo o modelo homérico, com a vitória de Ulisses, o desespero de Calipso, que se suicida como Dido, a conclusão do templo de Palas (para assegurar a protecção da deusa à cidade), a coroação do filho de Ulisses e, por último, a partida do herói para Ítaca.

Distinguindo-se dois níveis na narração, o dos heróis, numa perspectiva de marca evemerista (cf. Pereira, [10]2006, 296-305), e o dos deuses olímpicos, numa dimensão mais transcendente, a fundação da cidade de Lisboa é apresentada como um acontecimento histórico, reflexo de desígnios do plano transcendente, com reforço sobrenatural e resultado da vontade e da fadiga dos nautas gregos, se bem que envolto numa profunda componente ficcional e fiel ao tratamento que Homero lhes havia conferido.

De um modo ou de outro, quer na *Monarquia Lusitana*, quer na *Ulisseia*, jamais se põe em causa a versão da fundação da cidade que ambos os autores seguem e, por mais mítica, ou mesmo mitológica, em que esse traslado consista, não se questiona sequer que tal acontecimento se possa dever a outrem que não ao herói de Ítaca.

O mito é assim assumido como o suporte do discurso historiográfico; serve para lhe preencher as lacunas e proporcionar ao homem de todos os tempos a doce ilusão de que afinal a sua condição ultrapassa a mesquinhez da vil existência; que nos interstícios da perene sucessão das gerações se vislumbra uma faísca do divino e que uma dimensão superior acalenta e em parte condiciona o devir das civilizações, como Giambattista Vico ousou depois defender.

Referências bibliográficas

Alves, Maria Theresa Abelha. "Castro, Gabriel Pereira de". *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Vol. I. Org.: José Augusto Cardoso Bernardes *et alii*. Lisboa: Verbo, 1995. Cols. 1066-1067.

Amora, António Augusto Soares. *Manuel Pires de Almeida – Um crítico inédito de Camões*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1955.

Andrade, Diogo Paiva de. *Exame das Antiguidades Part. I contem doze tratados onde se apurão histórias, e curiosidades pertencentes ao Reyno de Portugal e a outras partes desde a Criação do mundo até o anno de 3403*. Lisboa: por Jorge Rodrigues, 1616.

Braga, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa*. Vol. III: *Os Seiscentistas*. Mem-Martins: Europa-América. s.d.

Brandão, Mário. *A Escola Pública de Alcobaça. Um Embuste da Historiografia Alcobacence*. Coimbra: Separata de *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Ano V - N.os 19-20, 1960.;

Brito, Frei Bernardo de. *Monarquia Lusitana*. Parte I: Alcobaça: no Mosteiro de Alcobaça, 1597; Parte II: Lisboa: por Pedro Craesbeeck,1609.

Brito, Frei Bernardo de. *Monarquia Lusitana*. Vol. I. Lisboa: IN-CM, 2004.

Brito, Frei Bernardo de. *Geografia Antiga da Lusitânia*. Alcobaça: por António Álvares, 1597.

Brito, Frei Bernardo de. *Primeira Parte da Crónica de Cister*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck,1602.

Brito, Frei Bernardo de. *Elogios dos Reis de Portugal*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck,1603.

Brito, Frei Bernardo de. *Sylvia de Lisardo*. Lisboa: por Alexandre de Siqueira, 1597.

Cabral, Emílio César Porto, "O Mito e a Bíblia". *Mito e Literatura*. Coord.: Regina Pamplona Fiúza. Fortaleza: Academia Cearense de Letras/Expressão Gráfica Editora, 2010, pp. 203-218.

Castro, Aníbal Pinto de. "Prefácio" a João Franco Barreto, *Micrologia Camoniana*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, pp. I-XXXV.

Castro, Gabriel Pereira de. *Ulyssea ou Lisboa edificada*. Lisboa: por Paulo Crasbeeck, 1636.

Castro, Gabriel Pereira de. *Ulyssea ou Lisboa edificada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

Ceseranni, Remo & de Federicis, Lidia. "Gli storici rappresentano le techniche del potere e i componimenti dei principi". Remo Ceseranni & Lidia de Federicis, *Il Materiale e l'Immaginario*. Vol. 5: *La Società dell'Antico Regime*. Torino: Loescher Editore, 1980, pp. 745-746.

Ceseranni, Remo & de Federicis, Lidia. "La Scienza nuova", Remo Ceseranni & Lidia de Federicis, *Il Materiale e l'Immaginario*. Vol. 6: *La Crisi dell'Antico Regime. Riforme e Rivoluzioni*. Torino: Loescher Editore, 1981, p. 376.

Ferro, Manuel. *A Recepção de Torquato Tasso na Épica Portuguesa do Barroco e Neoclassicismo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, 2004.

Ferro, Manuel. "O sonho na épica quinhentista. Camões e Tasso em confronto". *Imaginação e Literatura*. Coord.: Rita Marnoto. Coimbra: Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade (Série Leonardo, 5), 2009, pp. 53-83.

Figueiredo, Fidelino de. *A Crítica Literária em Portugal (Da Renascensa à Actualidade)*. Lisboa: Cernadas e C.ª, 1910.

Figueiredo, Fidelino de. *História da crítica literária em Portugal*. Lisboa: Clássica Editora, 1916.

Galhegos, Manuel de. *Gigantomachia*. Lisboa: por Pedro de Crasbeeck, 1628.

Glaser, Edward. "The Odyssean Adventures in Gabriel Pereira de Castro's Ulyssea". *Bulletin des Études Portugaises*. Lisbonne: L'Institut Français au Portugal, Nouvelle Série, Tome 24, 1963, pp. 25-75.

Glaser, Edward. *Portuguese Studies*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1976, pp. 159-204.

Miranda, José da Costa. *Manuel Pires de Almeida, crítico do século XVII, e os seus manuscritos: Lugar de Camões e de alguns poetas e teorizadores italianos*. *Brotéria*. Vol. 111, n.os 1-2-3, 1980, pp. 44-54.

Miranda, José da Costa. "Ecos de Torquato Tasso, «Gerusalemme Liberata», na Academia dos Generosos, de Lisboa: achegas para um (lendário) conflito literário seiscentista?". *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. 37, 1982, pp. 189-200.

Miranda, José da Costa. "Torquato Tasso, Poeta Épico: Repercussões em Portugal e confronto com Camões". José da Costa Miranda, *Estudos Luso-Italianos. Poesia Épico-Cavaleiresca e Teatro Setecentista*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990, pp. 130-166.

Muratori, Ludovico Antonio. *Riflessioni sopra il buon gusto*. Ludovico Antonio Muratori, *Opere*. I. Milano/Napoli: Riccardo Ricciardi, 1964.

Pereira, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica*. I Volume - *Cultura Grega*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [10]2006.

Pires, Maria da Conceição Ferreira. *Os Académicos Eborenses na Primeira Metade de Seiscentos. A Poética e a Autonomização do Literário*. Lisboa: Colibri/CIDEHUS, 2006.

Pires, Maria Lucília Gonçalves. *A Crítica Camoniana no Século XVII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.

Piva, Luís. "Discurso Apologético de Manuel Pires de Almeida sôbre a proposição de *Os Lusíadas*". *Revista Camoniana*. Vol. 3, 1971, pp. 235-258.

Piva, Luís. "Manuel Pires de Almeida, Comentarista de *Os Lusíadas*". *O Ocidente*. Nova Série, Vol. LXXXIV, n.º 418, 1973, pp. 89-99.

Rego, A. da Silva. "Introdução". Frei Bernardo de Brito, *Monarquia Lusitana*. Vol. I. Lisboa: IN-CM, 2004, pp. IX-XXX;

Saraiva, António José & Lopes, Óscar. "Novas tendências da historiografia". António José Saraiva & Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, [17]1996.

Silva, José Maria da Costa e. *Ensaio Biographico-Critico sobre os Melhores Poetas Portuguezes*. Tomo IX. Lisboa: na Imprensa Silviana, 1855.

Sousa, António Caetano de. *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*. 4 Volumes. Lisboa: por António Isidoro da Fonseca, 1739-1755.

Sousa, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. 12 Tomos. Lisboa: por José António da Silva, 1735-1759.

Sousa, Manuel de Faria e. *Europa Portuguesa*. Lisboa: por Antonio Craesbeck de Melo. Tomo I: 1678; Tomo II: 1679; Tomo III: 1680.

Sousa, Manuel de Faria e. *África Portuguesa*. Lisboa: por Antonio Craesbeck de Melo, 1681.

Sousa, Manuel de Faria e. *Ásia Portuguesa*. Lisboa: Tomo I: por Henrique Valente de Oliveira, 1666; Tomo II: por Antonio Craesbeck de Melo, 1674; Tomo III: por Antonio Craesbeck de Melo, 1675.

Tasso, Torquato. *Discorsi dell'Arte Poetica Poetica e in Particolare sopra il Poema Eroico*, Venezia: per G. Vasalini, 1587. (Utilizei a edição inserida em Tasso, Torquato. *Prose*. Milano/Napoli: Riccardo Ricciardi, 1959, pp. 349-410).

Torgal, Luís Reis. "Antes de Herculano". Luís Reis José Torgal, Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 19-37.

Vico, Giambattista. *Scienza Nuova* (1.ª ed.: 1725). Giambattista Vico, *Autobiografia. Poesie. Scienza Nuova*. Milano: Garzanti, 1983, pp. 173-602. Tradução portuguesa utilizada: Vico, Giambattista. *Ciência Nova*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005 (que segue a 3.ª edição italiana, de 1744, corrigida, melhorada e acrescentada pelo autor).

Tempo mítico e tempo histórico no *Livro Anteprimeiro da História do Futuro*, do padre Antônio Vieira

Patrícia de Freitas Camargo
Universidade de São Paulo, FFLCH
patriciacamargo@tiscali.it

Dentro da proposta mais ampla de minha pesquisa de doutorado[1] sobre o conceito de tempo no *Livro Anteprimeiro da História do Futuro*[2], do padre Antônio Vieira, apresento aqui uma reflexão que nasceu em torno do tratamento dado ao tema central do livro – o Quinto Império – por críticos e historiadores dos séculos XX e XXI. Isto porque a *História* de Vieira tem sido lida, muitas vezes, como *mito* ou *utopia*, como modo de conferir-lhe um lugar legítimo dentro da obra desse autor que ocupa um lugar de absoluto destaque nas culturas portuguesa e brasileira, seja por sua excepcional habilidade lingüística, seja pela sua marcante presença nos aspectos mais importantes da vida política e social da corte e da colônia, registrada em sermões, cartas e documentos vários.

A reflexão que proponho não tem qualquer intuito de resgatar um sistema de crença e inteligibilidade, e sim de apresentar um exame, no rigor terminológico e crítico possível, de uma narrativa que, com o tempo, deixou de ser legível nos termos em que ela mesma se apresentava. Sendo extensa a questão, limitarei aqui este exame à categoria do *mito*, que é por vezes utilizada de modo acrítico em referência ao Quinto Império que Vieira anunciava[3]. É justamente tal imprecisão que permite que o Quinto Império seja

[1] Pesquisa em desenvolvimento na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob a orientação de João Adolfo Hansen.

[2] A. Vieira, *História do Futuro* (introdução, atualização do texto e notas de Maria Leonor C. Buescu), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2.ª edição, 1982. O volume compreende o "Projecto da História do Futuro", o *Livro Anteprimeiro* da *História do Futuro, Esperanças de Portugal e Quinto Império do Mundo*, e os capítulos iniciais da *História do Futuro*.

[3] É necessário lembrar aqui que Vieira apresentou, no *Livro Anteprimeiro*, uma extensa argumentação em defesa do gênero: "E porque nós, em tudo o que escrevemos, determinamos observar religiosa e pontualmente todas as leis da história, seguindo em estilo claro e que todos possam perceber a ordem e sucessão das coisas, não nua e secamente, senão vestidas e acompanhadas de suas circunstâncias; e porque havemos de distinguir tempos e anos, sinalar pro-